

A UNIVERSIDADE COMO AGENTE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE BRASILEIRAS

THE UNIVERSITY AS A SOCIAL DEVELOPMENT AGENT IN THE SOUTH AND CENTRAL BRAZILIAN REGIONS

Egleslaine de Nez 1
Luciane Spanhol Bordignon 2

Pós-doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande dos Sul (PUCRS), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Pedagoga e Especialista em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). É líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UNEMAT/UFMT). É editora da Revista Panorâmica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6197279063733225>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0316-0080>. E-mail: e.denez@yahoo.com.br

Doutora em Educação (UFRGS). Pós-Doutoranda PPGDS/UNESC. Líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UPF) e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo - GPEPGE/UPF, atuando principalmente nos seguintes temas: educação básica e superior, políticas e gestão da educação, gestão democrática. Docente da Universidade de Passo Fundo (UPF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5581578176881785>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1620-0288>. E-mail: lu.sbordignon@gmail.com e luccianebordignon@upf.br

Resumo: No mundo globalizado, o espaço geográfico adquire contornos e características diferenciadas, que estão estreitamente relacionadas com a localização. Esta pesquisa tem como objetivo compreender duas instituições de educação superior como potencializadoras do desenvolvimento local e comunitário, destacando seus impactos para as regiões atendidas (sul e centro-oeste do Brasil), assim como elencar os desafios atuais de sua atuação. O procedimento metodológico se orientou por meio de uma pesquisa descritiva com base bibliográfica e documental; a abordagem analítica é crítica. Os dados enfatizam que as universidades analisadas têm amplitude de oferta nas regiões que atendem, e promovem direta ou indiretamente o desenvolvimento local e comunitário.

Palavras-chave: Universidade. Desenvolvimento social. Local/regional.

Abstract: In the globalized world, the geographical space acquires distinctive contours and characteristics, which are closely related to location. This research aims to understand two universities as potentiators of local and community development, highlighting their impacts for the regions served (south and midwest of Brazil), as well as listing the current challenges of their performance. The methodological procedure was guided by means of a descriptive research with bibliographic and documentary basis. The analytical approach is critical. The data emphasize that the universities analyzed have a wide range of offer in the regions they serve, and directly or indirectly promote local and community development.

Keywords: University. Social development. Local/regional.

Introdução

Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (SANTOS, 2001, p. 56).

Em uma situação de competitividade como a que se vive hoje, os lugares repercutem os embates entre os atores e o território revelando os movimentos da sociedade. Na globalização, o espaço geográfico adquire contornos e características diferenciadas, pois as ações estão estreitamente relacionadas com a sua localização.

Essa preocupação com as particularidades regionais e com o dinamismo dessas relações tem norteado a busca de uma interpretação diferenciada e isso contribui significativamente e justificadamente os estudos apresentados nesse artigo. O foco de análise são duas instituições de educação superior (IES) que se aproximam: a primeira é a Universidade de Passo Fundo (UPF) uma universidade comunitária que desde sua origem (1968), adotou uma vocação regional. Seu estatuto desde os primórdios já sinalizava a contribuição da universidade para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A outra é a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), criada em 1970 e durante muitos anos, foi a única IES no Estado. Constitui presença marcante no cenário socioeconômico e cultural de Mato Grosso não apenas pela colocação no mercado de trabalho de milhares de profissionais, bem como também pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando esse contexto e os espaços dessas universidades, uma na região sul e outra no centro-oeste, buscou-se refletir sua influência e linhas de atuação, considerando a contribuição no processo de desenvolvimento do Brasil em suas grandes extensões territoriais. As instituições se aproximam, porque além de nascerem dentro de um mesmo contexto expansionista da Educação Superior (1968/1970), procuram se articular a comunidade de modo geral para atendê-las em suas necessidades.

Esta pesquisa objetivou compreender as duas instituições como potencializadoras do desenvolvimento local e comunitário, destacando seus impactos para as regiões atendidas, assim como elencar os desafios atuais de sua atuação. O procedimento metodológico se orientou por meio de uma pesquisa descritiva com base bibliográfica e levantamento documental (SEVERINO, 2010). A análise dos dados é crítica, buscando a melhor expressão com relação ao objetivo desta investigação.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) esclarecem que essa abordagem crítica é essencialmente relacional, visto que investiga o que ocorre nas instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas. Parte-se do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como instância neutra, acima dos conflitos ideológicos da sociedade.

Tendo em vista os processos de construção e socialização do conhecimento e de pessoas que marcam a contemporaneidade, tornou-se oportuno refletir sobre o lugar, o papel e a organização da universidade na sociedade, sobretudo no contexto brasileiro.

Parte-se do pressuposto que a instituição universitária é uma criação da civilização ocidental, que teve, nas suas origens, um importante papel unificador da cultura medieval. Posteriormente, no século XIX, redefiniu suas atribuições e seu escopo, passando a exercer um papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais (WANDERLEY, 1984; MENDONÇA, 2000).

Por outro lado, a modernidade atingida pelo ritmo hodierno exige uma universidade, que responda criativamente à instabilidade estrutural da sociedade e, busque de alguma forma, o desenvolvimento global/local. Considera-se, assim, que de certo modo, as IES são estruturas flexíveis, em permanente transformação. Em tempos de pandemia, reestruturou-se para

produzir ciência para atender a população mundial e sua contribuição foi notória.

Para essas análises globais e locais, o artigo foi dividido em três partes, além das considerações iniciais e finais. Na parte um, discute-se o desenvolvimento juntamente com o conceito de regionalização para sustentar algumas das relações realizadas; na parte dois, apresenta-se a UFMT; e, na última, a UPF, onde se desvela parte do processo constitutivo histórico para compreensão do seu *locus* de atuação.

Desenvolvimento e região

Numa conjuntura ampla e geral, há uma demanda de que as universidades representem a principal mola propulsora do desenvolvimento nos âmbitos humano, social e econômico, na medida em que produzem conhecimento da/com e para a sua realidade. Ao mesmo tempo em que estão inseridas no local, articulam-se com questões globais.

Ianni (1998), ao referir-se sobre as consequências da globalização do mundo e sobre os territórios, destaca que estes e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações, parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as gentes e as ideias movem-se em múltiplas direções, desenraízam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se. Alteram-se as sensações e as noções de próximo e distante, de lento e rápido, instantâneo e ubíquo, passado e presente, atual e remoto, visível e invisível, singular e universal.

Nesta direção, a globalização tem efeitos que incidem sobre os territórios, podendo, em algumas circunstâncias, descaracterizá-los. Também, é compreendida como principal responsável pela emergência da regionalização. Santos (1997, p. 196) explicita que “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam”.

No contexto da globalização, nas relações e conexões entre global e local, as universidades estão submetidas a um duplo movimento de internacionalização e de “territorialização” que instiga alguns autores como Marginson e Rhoades (2002) a defini-las como “glonacais”, isto quer dizer, atravessadas pelo global, pelo nacional e pelo local ao mesmo tempo.

As IES também estão entrelaçadas no desenvolvimento regional, que para Frantz (2011), é um processo que contém elementos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos. Ao se referir ao desenvolvimento regional, é necessário um processo de agregação de poder de seus agentes e, nesse sentido, a universidade pode e deve contribuir.

A ideia de desenvolvimento perpassa pelo crescimento econômico, social e político de um país, região ou comunidade. Amaro (2009) explicita que:

o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. [...] corresponde sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir das quais, atores locais, de muitos tipos e numa variedade de situações, tentam encontrar repostas para os problemas colocados pelas crises econômicas, tecnológicas, ambientais e políticas (p. 108).

Amaro (2009) afirma também que as respostas locais devem vir ao encontro dos problemas econômicos (crises setoriais, desestruturação das economias locais falências e fechamento de empresas); sociais (desemprego, ausência de respostas sociais para o acompanhamento dos jovens e dos idosos, pobreza e exclusão social,); culturais (homogeneização cultural marginalização ou descaracterização das identidades, dos valores culturais e dos patrimônios locais) e ambientais (destruição dos ecossistemas locais, falta de saneamento básico, ameaças à qualidade de vida, extinção de espécies e desflorestação). Há, neste sentido, uma definição de desenvolvimento local a partir de 10 atributos:

- processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- centrado em uma comunidade territorial de pequena dimensão definida pela existência de uma identidade comum;
- suas motivações são a resposta a necessidades básicas da comunidade;
- mobilização das capacidades locais;
- metodologias participativas e de “empowerment” (delegação de poderes de decisão) da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);
- contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
- perspectiva integrada na abordagem dos problemas e das respostas; trabalho de parceria, articulação de vários atores, protagonistas e instituições locais;
- impacto tendencial em toda a comunidade;
- grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados (p. 111).

Endossando esses atributos, Dallabrida e Becker (2003), evidenciam o conceito de região como uma especificação de uma totalidade (espaço), da qual faz parte por meio de uma articulação que é, ao mesmo tempo, funcional e espacial. Regionalizar seria, então, a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que variam segundo as intenções explicativas de cada conceito.

A Geografia, assim como outras ciências, utiliza-se de **categorias** para basear seus estudos. Trata-se da elaboração e utilização de conceitos basilares que orientem o recorte e a análise de um determinado fenômeno a ser estudado (NEZ, 2014). Atualmente, além do espaço (seu objeto principal de análise), existem quatro conceitos que se consolidaram que estão dispostas na imagem a seguir.

Figura 01 – Categorias geográficas



Fonte: Adaptado de Corrêa (1997).

A escolha para utilizar a categoria analítica da região nesta investigação, é porque atende as discussões que se pretende realizar sobre as características gerais de uma parte do território (regiões geográficas), assim como entender determinados aspectos do espaço (regiões geoeconômicas) e para compreender o desenvolvimento no Brasil.

Bezzi (2004) esclarece que para abarcar a importância do conceito de região é indispensável retomar a sua evolução, demonstrando que, em determinados períodos esta definição teve maior ou menor aceitação na seara científica. Assim, hoje,

Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional (SANTOS, 1996, p. 48).

É, pois, o lugar das relações, sociedade natureza e homens-homens, em função disso, espaço de ação e de poder. Nesse sentido, a região é entendida como uma dimensão particular da realidade, um recorte. Em sendo desta forma, são expressões materializadas na sociedade e utilizadas como mecanismos de ações políticas de planejamento (SANTOS, 1997).

Santos (1985, p. 67) ao definir região como “o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”, e também, “[...] como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico” constrói um conceito aprofundado do termo.

A análise do desenvolvimento que leve em conta as desigualdades e a regionalização, sem um entendimento do conceito de região mais consentâneo com a realidade, é um equívoco teórico. Por isso, caracterizá-lo se fez necessário, para algumas reflexões fundantes no alcance do objetivo proposto neste estudo.

O tema do desenvolvimento econômico local/regional dispõe de profundo referencial teórico. A presente investigação, longe de explorá-lo de forma integral, delimitou um sentido restrito e procurou associá-lo as IES das regiões brasileiras elencadas. Para tanto, observa-se que o processo de desenvolvimento não se restringe a apenas a dimensão regional/territorial, embora seja imprescindível para algumas elucubrações.

Kveller e Herrlein Júnior (2020) sugerem que um aprofundamento das relações entre o processo formativo superior e o desenvolvimento econômico exigiria a análise de outros indicadores, de uma região em específico, ou, ainda, de uma análise comparativa com economias em nível similar de desenvolvimento.

Destaca-se, enfim, que as universidades são responsáveis pela formação de quadros profissionais em nível superior que atendem demandas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa tríplice função constitucional é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social do país como um todo e de uma região de modo pontual.

Na região centro-oeste: a UFMT

O Brasil possui uma grande extensão territorial, e essa é uma de suas características mais acentuadas. O Estado de Mato Grosso também tem essa particularidade, por isso, foi o escolhido para abrir as análises desse estudo sobre desenvolvimento e universidade. Isto porque,

O território é revelador de diferenças, às vezes agudas, de condições de vida da população. Da mesma forma, a pesquisa tem influência do/no território. Do território quando a partir de suas condições de produção do conhecimento se tem ou não pesquisa realmente científica e de qualidade que gere

tradição do ato de pesquisar. No território, porque seus resultados interferem no desenvolvimento da região de forma ampla ou genérica. (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 225).

Nesta parte do estudo, apresenta-se a UFMT e sua trajetória histórica, pois essa investigação parte do fio condutor que, para compreender o real significado de uma IES, de sua criação ou de sua organização, não é suficiente ater-se apenas à legislação e às exposições dos motivos de sua existência. É necessário fazer uma análise da região em que se situa para captar os significados das medidas e ações, como parte de uma realidade concreta, permeada de contrassensos.

Uma universidade não está deslocada da história sócio-política do país, pois que o fato social só pode ser compreendido no conjunto de suas relações. Nez (2014) indica que a criação de uma IES é um fato histórico condicionado e em íntima relação com a sociedade civil e política.

O Mato Grosso com uma extensão superior a 900 mil km², fica na região centro-oeste do país, e faz divisa com Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás, além da Bolívia. Tem seu relevo constituído de planaltos e chapadas no centro, planície com pântanos a oeste e depressões e planaltos ao norte. Constitui-se de três biomas¹: a Amazônia que é o mais abrangente representando 56,66%; o cerrado 37,39% e o pantanal com 5,94%. Sua economia se baseia fundamentalmente na agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz, algodão e milho) e na pecuária (MATO GROSSO, 2020).

Essa diversidade formou a população do Estado que, ao longo do processo histórico, recebeu migrantes vindos de outras regiões do país, pois se destacava no cenário nacional, como um dos maiores produtores de *commodities* agrícolas e pecuários. Soma-se a isso, uma intensa diversidade cultural e ambiental, principalmente formada por diferentes etnias e raças.

Até a década de 1970, era o segundo maior estado e foi desmembrado com a criação do Mato Grosso do Sul, ocupa hoje o terceiro lugar territorial (NEZ, 2014). O principal argumento utilizado para a divisão foi à dificuldade de desenvolvimento da região diante da grande extensão geográfica e de sua diversidade. Para Bittar, Silva e Veloso (2003) haveriam outros motivos, que abordavam as disputas acirradas pela hegemonia do poder político e econômico.

No que diz respeito à Educação Superior, até o final dos anos 60, Mato Grosso era o único Estado do Brasil que não possuía nenhuma universidade, embora tivessem várias iniciativas. O primeiro curso superior apareceu em 1808, e, segundo Gianezini (2009) foi determinante, demonstrando a necessidade de formação especializada na região. Entre as décadas de 60 e 70, houve uma profusão de iniciativas de criação de faculdades. Nez (2014) considera que esse movimento estadual acompanhou o nacional, quando da abertura de inúmeras faculdades no país.

Nez (2014) comenta que um embrião de uma universidade pública estadual nasceu em Cáceres, a partir do estímulo da instalação do Projeto Rondon, que posteriormente, tornou-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Entretanto, Veloso (2000) esclarece que a primeira instituição pública criada oficialmente foi a UFMT, em 1970, e representou a conquista de uma antiga reivindicação da população. A UFMT deu início ao processo de interiorização, ainda na fase que Beraldo (2007) chama de “fazejamento”, ou seja, quando os projetos acadêmicos foram sendo construídos concomitantemente com a estrutura física.

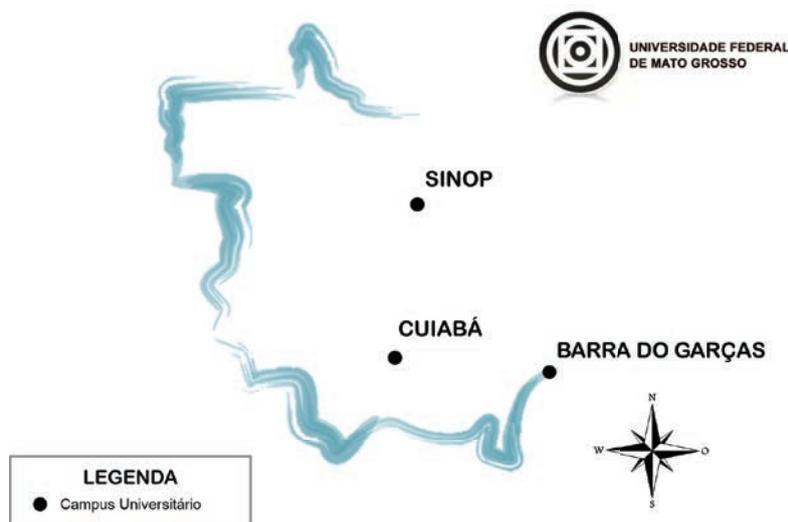
Com relação à Educação Superior privada surgiu no final da década de 1980. Gianezini (2009) enfatiza que houve uma concentração de IES privadas em Cuiabá, capital do estado. Desde então, vem se expandindo, fenômeno observado em todas as cidades do país.

Com ênfase na regionalização, e levando em consideração a universidade como agente de desenvolvimento cultural, social e econômico, a UFMT está inserida em Mato Grosso há acerca de cinquenta anos, com sede em Cuiabá, de onde se alavancou para as outras regiões,

¹ Conjunto de ecossistemas constituído por características (fauna e flora) fisionômicas de vegetação semelhantes em determinada região. No Brasil, os biomas conhecidos são: mata atlântica, amazônico, caatinga, cerrado, pantanal e pampa (MATO GROSSO, 2020).

ver mapa com distribuição atual².

Figura 02 – Mapa da distribuição geográfica dos campi da UFMT



Fonte: FMT (2020).

Arte: Marina Santos Graziano de Oliveira (2020).

Os campi estão distribuídos em duas cidades³ (Barra do Garças/Pontal do Araguaia – região leste e Sinop – ao norte), além da sede em Cuiabá. É a mais abrangente instituição de educação superior no Estado, com 24 pólos de educação a distância em todo o Mato Grosso. Já formou aproximadamente 56 mil profissionais e tem cerca de 34 mil acadêmicos, distribuídos em 106 cursos de graduação e 62 de pós-graduação. Para atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conta com 1.904 docentes e 1.576 técnicos administrativos (UFMT, 2020).

Sua missão é: “Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas, produzir conhecimentos e inovações tecnológicas e científicas que contribuam significativamente para o **desenvolvimento regional** e nacional” (ANUARIO 2018, p. 13 – grifos nossos). Sua visão de futuro é ser referência nacional e internacional como uma instituição com estrutura multicampi de qualidade, “[...] consolidando-se como marco de referência para o Desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul, na confluência da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal” (ANUARIO 2019, p. 13), o que demarca seu formato e modelo de atendimento. Assim posto, a UFMT exerce papel preponderante na qualificação de profissionais para atuarem na transformação social e educacional do Estado de Mato Grosso.

Fialho (2005) destaca que a lógica multicampi é a expansão em unidades sem perder sua identidade regional. Essa estratégia se baseia em dois elementos estruturantes: organização acadêmica e dimensão regional. Boaventura (1987, p. 32) corrobora que para a constituição de uma universidade multicampi o determinante é sua marca regional, isto é, “a formação de campus se dá a partir de características profundamente regionais”. Isso significa dizer que as IES não são definidas apenas por seu modelo organizacional, mas concomitantemente pela sua inserção regional.

Para esse atendimento, nas atividades de pesquisa registrou 442 projetos sendo responsável pela maior produção científica de Mato Grosso, integrando redes nacionais e internacionais de investigação. Se destaca com uma base de pesquisa no Pantanal e fazendas experimen-

² O Câmpus de Rondonópolis se desmembrou da UFMT em 2018 e se transformou na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

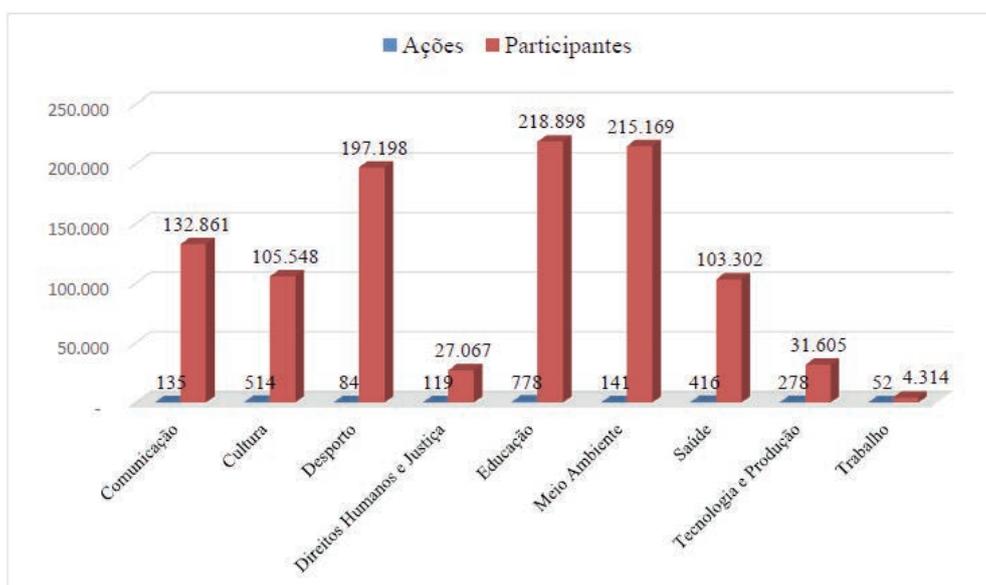
³ Está em construção um terceiro espaço para a UFMT na cidade de Várzea Grande/MT.

tais, além de dois hospitais veterinários e o Hospital Universitário Júlio Müller em Cuiabá com 100% de atendimento ao Sistema Único de Saúde (UFMT, 2020).

No apoio à pesquisa, uma das áreas que consegue atender a regionalidade, é a extensão universitária. Para Botomé (1996) é caracterizada como a inserção da universidade no contexto social por meio da prática. A reflexão sobre o papel da extensão ganha importância diante da construção de um sistema universitário pautado pela dimensão “pública” da Educação Superior, sem deixar de considerar as particularidades da realidade específica de cada instituição (NEZ, 2014).

Na UFMT, o quantitativo numérico de atividades de extensão ofertadas e de participantes é considerável, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Ações de Extensão e participantes por Área Temática



Fonte: ANUÁRIO (2018). Supervisão de Extensão/PROCEV (2019).

São atividades esportivas, cursos, serviços, seminários, exposições, entre outras, distribuídas em várias temáticas conforme o gráfico demonstra, e que acontecem nos três campi da IES. Calderón (2007) identifica a importância da extensão universitária como atividade do fazer acadêmico, relacionada ao ensino e à pesquisa.

Nesse sentido, a UFMT atende regiões territoriais gigantescas e longínquas, algumas no interior do Estado, com foco na responsabilidade social com a sociedade e com seu desenvolvimento. Busca, outrossim, produzir e socializar o conhecimento, além de capacitar profissionais para atuarem de forma crítica na realidade regional.

Na região sul: a UPF

As universidades comunitárias (UC) estão preconizadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). A Constituição (1988), em seu artigo 213, refere que poderão ser consideradas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, as escolas que provarem finalidade não lucrativa e aplicarem seus excedentes financeiros em educação. Nesse mesmo artigo, no parágrafo 2º, aponta a possibilidade de que as atividades universitárias de pesquisa e extensão recebam apoio financeiro do poder público.

O artigo 20 da LDB aponta como comunitária, as universidades que são constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora membros da comunidade.

A Lei nº 12 881/2013 dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Descreve características básicas para sua qualificação: constituição na forma de associação ou fundação de direito pri-

vado, patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público, não distribuição da sua renda, aplicação integral dos recursos nas suas atividades e desenvolvimento permanente de ações comunitárias.

As ICES contam com as seguintes prerrogativas: ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionado às instituições públicas e receber recursos orçamentários do poder público. Acredita-se que a legislação veio reconhecer o papel das instituições comunitárias e enfatizar a sua real identidade neste contexto (BORDIGNON, 2014).

As universidades comunitárias regionais seguem um modelo peculiar dentro da educação superior no Rio Grande do Sul. São instituições cuja propriedade legal é privada, apesar de serem sem fins lucrativos e possuírem finalidades públicas. As ICES possuem vocação regional, tendo sido as principais responsáveis pela interiorização da educação superior no Estado. Organizadas em estruturas multicampi, são comprometidas com o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades nas quais estão inseridas (LONGHI, 1998).

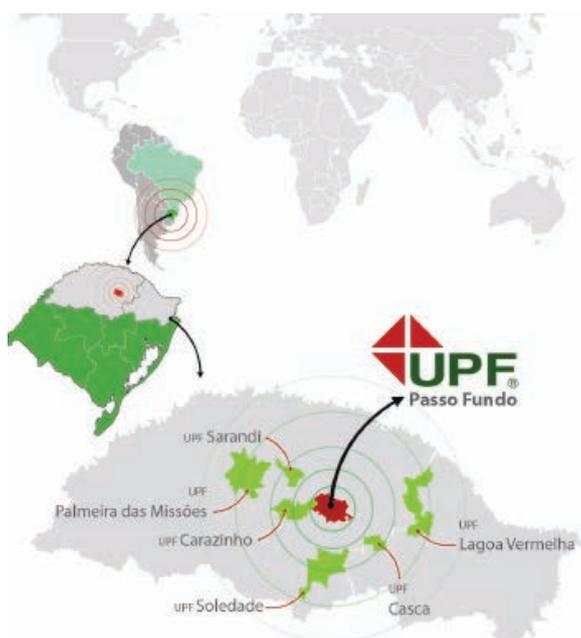
A origem das universidades comunitárias gaúchas está localizada entre as décadas de 1940 e 1970, muito embora sua caracterização como instituições de cunho regional e seu reconhecimento como universidades propriamente ditas, tenha se constituído oficialmente a partir da década de 1960.

No Rio Grande do Sul, as universidades comunitárias organizam-se no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), criado em 1996, que atualmente conta com 15 universidades associadas. Em Santa Catarina, organizam-se na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), fundada em 1974, que congrega 16 fundações educacionais, sustentadas com o apoio do governo do Estado e de prefeituras.

Dentre as universidades comunitárias está a UPF, que, em 2020, completou 52 anos de existência. Com mais de 13 mil alunos, possui 898 professores e 1.382 funcionários, faz parte da vida de pessoas em mais de 100 municípios do norte gaúcho. A instituição já ultrapassou a marca de 75 mil profissionais formados.

Ofereceu em 2018, 61 cursos de graduação, 29 cursos de especialização em andamento, 15 cursos de mestrado, 8 cursos de doutorado, também recebendo alunos para estágio pós-doutoral. Conta com uma estrutura multicampi, que, além do Campus Passo Fundo, compreende unidades instaladas nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade, conforme distribuição na figura.

Figura 02 – Mapa da distribuição geográfica dos *campi* da UPF



A UPF tem suas ações orientadas e sustentadas em quatro pilares: ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Tem como missão: produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação.

Sua visão enfatiza consolidar-se como universidade comunitária **regional**, pública não estatal, de excelência, por meio do reconhecimento de sua qualidade, valores acadêmicos, seu compromisso social e suas ações inovadoras e sustentáveis. Entre seus valores está a gestão colegiada e planejada, o compromisso com o **desenvolvimento regional** e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para o atendimento regional, nas atividades de pesquisa registra 266 projetos, bem como pesquisas realizadas como atividades de iniciação científica dos cursos de graduação, como exigência em algumas disciplinas curriculares em núcleos de pesquisa e em programas de pós-graduação, resultando em monografias de especializações e dissertações de mestrado.

Com relação a extensão, possui mais de 80 projetos e programas de extensão, além de museus Histórico, de Artes Visuais e Zoológico e fomento a grupos artísticos. A UPF também conta com a Escola de Extensão, com cursos rápidos, práticos e atualizados, nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, a extensão, segundo Freire (2013), caracteriza-se pela comunicação e diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Ressalta-se a importância da extensão em uma universidade comunitária, por meio de seus programas, projetos e escola de extensão, entrelaçando saberes e fazeres educativos que constituem a regionalidade desta IES.

Considerações Finais

Mundo e lugar se constituem num par indissociável. O lugar é o papável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo.

Os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais [...] (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 306).

Tendo em vista os processos de transformação, intercâmbio e fluxo de ideias, pessoas e culturas que marcam a contemporaneidade, tornou-se oportuno refletir sobre o lugar, o papel e a organização das IES na sociedade, sobretudo no contexto brasileiro, diante dos constantes questionamentos acerca da sua necessidade e existência.

Considerando esse contexto e as linhas de atuação das universidades elencadas, no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, pode-se realçar a influência e contribuição nos processos de desenvolvimento social nas regiões onde atuam. Entendeu-se, deste modo, que pesquisar a universidade é pesquisar o espaço, os tempos históricos presente e projetivo, as necessidades e os desejos dos sujeitos na construção coletiva de um modelo diferenciado de desenvolvimento local e comunitário.

Destarte, pensar o desenvolvimento local sob essa ótica pressupõe pertencimento, autonomia, mobilização e protagonismo. Pensar a comunidade, com a comunidade e para a comunidade é sentir-se parte dela, e, neste sentido, ser corresponsável pelos avanços e desafios.

Apesar de se considerar verdadeiro que o movimento global afeta, influencia e modifica a vida econômica e social das regiões; também é verdade, que as comunidades regionais reagem ativamente imprimindo nova dinâmica ao desenvolvimento e crescimento significativo local.

Os dados identificam o acesso a Educação Superior, por meio das IES analisadas no sul e

centro-oeste, com oferta de cursos presenciais, atividades extensionistas, projetos de pesquisa e outros processos educativos, aumenta as chances de um IDH-m melhor para os municípios do entorno. E, em sendo desta forma, se valida o benefício real para a comunidade, melhorando o desempenho desse município.

Pela análise desenvolvida em torno das experiências das universidades pesquisadas, evidenciou-se aspectos que tornam patente a construção de tendências sólidas no desenvolvimento local e comunitário.

Nesse sentido, as IES têm o compromisso de serem (re) pensadas, em um processo de *ação-reflexão-ação*, em todas as suas instâncias, ou seja, na graduação, na pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na gestão, contextualizando a realidade que possibilita o desenvolvimento social e econômico na perspectiva da melhoria da qualidade de vida.

Reitera-se, neste sentido, a função social da universidade, que precisa sair de seus muros e buscar a sua inserção na comunidade, analisando, discutindo e equacionando as diferentes questões e problemas. Isto quer dizer que ofertar acesso a vagas, em locais distribuídos regionalmente, em diversas áreas do conhecimento e com os recursos necessários, pode ter como resultado IES que funcionem como agentes no processo de transformação da região que atende, e, reverberem em desenvolvimento cultural, social e econômico.

Referências

ACAFE. Disponível em: <https://www.acao.org.br/new/index.php?endereco=conteudo> Acesso em: 03 abr. 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1999.

AMARO, R. R. Desenvolvimento local. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. Disponível em: <http://www.abruc.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2018. Disponível em: <https://www1.ufmt.br/ufmt/un/secao/141111/anuarioestatistico>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BERALDO, T. M. L. Formação continuada: reflexões sobre a interiorização da UFMT pela via dos cursos de pedagogia na modalidade parcelada. MONTEIRO, F. M. A. (org.). **Trabalho docente na educação básica:** contribuições formativas e investigativas em diferentes contextos. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

BEZZI, M. I. Região: desafios e embates contemporâneos. **Desigualdades regionais.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

BITTAR, M.; SILVA, M. G. M.; VELOSO, T. C. M. A. Processo de interiorização da educação superior na região centro-oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. **Série-Estudos.** UCDB, n. 16. jul./dez. 2003. p. 147- 164.

BOAVENTURA, E. M. **Tempo de educar:** pronunciamentos sobre educação e cultura 1984-1985. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1987.

BORDIGNON, L. S. **A pós-graduação como interlocutora das relações universidade e comunidade.** Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante:** o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFSCar; Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

BRASIL. **Lei n. 12.881**, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Brasília: Senado Federal, 1988.

CALDERÓN, A. I. (coord.) **Educação superior:** construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

COMUNG. Disponível em: <https://comung.org.br/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1997.

DALLABRIDA, V. R. D.; BECKER, D. F. **Governança territorial:** um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. 2003. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FIALHO, N. H. **Universidade multicampi**. Brasília: Plano; Campinas: Autores Associados, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIANEZINI, Q. **O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2009.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 37, São Paulo, jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200002. Acesso em: 03 abr. 2020.

FRANTZ, W. Um olhar interpretativo sobre a extensão em universidades comunitárias. In: **Extensão universitária:** uma questão em aberto. São Paulo: Xamã, 2011.

KVELLER, U. B.; HERRLEIN JÚNIOR, R. Educação superior para o desenvolvimento econômico: um olhar sobre os governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). **Revista desenvolvimento socioeconômico em debate**. v. 6 n.1. 2020. p. 3-21.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Além dos estados nacionais, mercados e sistemas de ensino superior:** uma agência heurística glonacal. 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/37970529/hed-2002-marginson-rhoades>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MATO GROSSO. Secretaria de estado do meio ambiente (SEMA). Mapa dos biomas mato-grossenses. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=170&Itemid=107. Acesso em: 25 abr. 2020.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual:** a construção de redes de pesquisa. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

LONGHI, S. M. **A face comunitária da universidade**. 1998. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Cuiaba/812>. Acesso em: 28 mar. 2020.

UPF. Disponível em: <https://www.upf.br/a-universidade>. Acesso em: 02 abr. 2020.

VELOSO, T. C. M. A. **A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso: campus universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2000.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Recebido em 28 de abril de 2021.

Aceito em 25 de maio de 2021.